

A Reforma, a educação e as universidades

Prof. Dr. Ricardo Willy Rieth
Universidade Luterana do Brasil - ULBRA
Campus Canoas, RS

Introdução

“Ubicunque regnat Luteranismus, ibi litterarum est interitus”, ou seja, “Onde quer que reine o luteranismo, a ciência entra em decadência”. Trata-se de uma afirmação do célebre humanista Erasmo de Roterdã, considerado por muitos o maior intelectual que a Europa do século XVI conheceu. A depender de tal constatação, as universidades nas regiões sob influência da Reforma pareceriam não ter muito futuro. Seriam sufocadas por um bando de fanáticos religiosos, para os quais uma educação formal que minimamente ensinasse a ler a Bíblia seria mais do que suficiente.

O fato é que o juízo de Erasmo, não se sabe se para seu pesar ou sua alegria, revelou-se apressado e incorreto. Apesar de crises e percalços, as universidades floresceram também em contextos marcados pela Reforma. Quem observa a universidade, passados mais de oito séculos de seu surgimento, é obrigado a reconhecer que ela hoje teria uma fisionomia completamente diferente, se de sua trajetória histórica fosse abstraído um movimento que marcou profundamente a era moderna em seus começos.

A Reforma do século XVI foi um movimento eminentemente religioso, que contudo repercutiu com força nos âmbitos social, cultural, político e educacional. Suas conseqüências para as universidades e para o desenvolvimento científico posterior são inegáveis, seja no contexto europeu, seja em outros continentes aonde pessoas e instituições herdeiras da Reforma se dirigiram e promoveram a fundação de universidades em séculos posteriores.

O presente trabalho pergunta pela relação entre a Reforma e as universidades em perspectiva histórica. Para tal, procura caracterizar inicialmente o processo de surgimento das universidades. Em seguida, aborda a mensagem básica da Reforma em seus começos, perguntando por algumas de suas conseqüências no meio que a acolheu. Posteriormente, dedica duas subpartes às reflexões teóricas e ao engajamento prático de Lutero e Melanchthon em benefício da educação formal e das universidades. Por fim, destaca alguns aspectos do impacto que a Reforma teve sobre as universidades no século XVI.

1 Gênese e desenvolvimento histórico das universidades

Quando irrompe a Reforma, as primeiras instituições universitárias existiam há cerca de 300 anos. O contexto do surgimento das primeiras universidades foi marcado por um grande crescimento no número de estudantes e professores, especialmente na Europa ocidental. Rivalidades e enfrentamentos com as autoridades eclesiásticas e seculares fizeram com que fosse necessária uma reordenação da estrutura educacional.

A princípio, é preciso diferenciar entre duas instituições que estiveram nas origens da universidade: o “studium generale” e a universidade propriamente dita. Um studium generale era uma escola superior, que concedia títulos válidos em todos os lugares da cristandade ocidental com a licença da autoridade secular ou do papado. Essa licença era chamada de “privilégio” (privilegium studii). Algumas escolas episcopais ou vinculadas a conselhos municipais assumiram arbitrariamente esse privilégio, fazendo referência a sua longa tradição ou legitimando-se mediante bulas papais.

A universidade, ao invés disso, não era considerada propriamente uma escola superior, mas uma corporação de mestres e estudantes (universitas magistrorum et scholarum), que tinha influência sobre ela. A primeira instituição nesses termos foi fundada em Bolonha, a partir das escolas superiores de Direito. Da mesma forma, a começos do século XIII, professores e estudantes de Paris reuniram-se com o objetivo de afastar-se da supervisão papal. Após anos de negociações, uma bula papal declarou reconhecidos os privilégios e estatutos da universidade de Paris. Por influência do papa, em 1229, foi fundada uma universidade em Toulouse, para combater a heresia dos albigenses (cátaros). Paris serviu de exemplo para a fundação da universidade de Oxford.

No século XIII, o número de universidades era pequeno, cerca de 20 apenas. Algumas se desenvolveram muito lentamente e outras tiveram existência efêmera. Houve universidades que se concentraram somente em faculdades específicas: em Montpellier, a medicina; em Bolonha e Orleans, o direito; em Toulouse, a teologia. Outras apresentavam uma oferta mais diversificada. Em Paris e Oxford, a maioria estudava na faculdade de artes liberais, mas as faculdades de teologia, direito e medicina também tinham muitos inscritos. O estudantado distribuía-se em faculdades ou nações. Em Paris, havia faculdades superiores - direito canônico, medicina e teologia - dirigidas por decanos. Na faculdade de artes liberais, mestres e estudantes eram divididos em quatro nações: franceses, picardos, normandos e ingleses. Ela era dirigida por um reitor, o qual também conduzia a vida de toda universidade. Já em Oxford, o chanceler, autoridade máxima da universidade, pertencia à faculdade de teologia. Os

estudantes, quase exclusivamente ingleses, eram divididos em dois grupos: os do norte e os do sul. Em Bolonha, a corporação dos estudantes era dividida em cerca de 15 nações.

Da universidade, como em tantos outros espaços em uma sociedade fortemente patriarcal como aquela, estavam excluídas as mulheres, seja como estudantes, seja como mestres. Também a influência do movimento da Reforma sobre as universidades, a partir do século XVI, em nada alterou esse quadro. O pleito de reformadores, como Lutero por exemplo, para que também as meninas freqüentassem as escolas fundamentais e fossem alfabetizadas não se direcionou também ao ensino superior. Tal situação somente seria transformada séculos depois, graças, em primeira instância, ao engajamento das próprias mulheres, em um esforço notável em prol da conquista de seu lugar de direito, na sociedade e no mundo acadêmico em particular.

O latim, como língua científica e acadêmica comum, garantia a abertura das universidades a estudantes de qualquer origem territorial. Garantia-se, assim, a chamada “peregrinação acadêmica”. A única condição exigida para ingressar na universidade era professar a fé cristã. Idade ou preparação prévia não eram fatores excludentes. A matrícula estava vinculada ao pagamento de taxas, salvo no caso de estudantes que atestassem pobreza. Através de um juramento, no momento da matrícula, o estudante se comprometia a obedecer o reitor, observar o regimento acadêmico, promover o bem da universidade e a engajar-se na preservação da paz e da confiança entre os colegas.

Quanto às modalidades de atividade docente, especialmente conhecidas eram as praticadas em Paris. Havia as preleções (*collatio*), que com freqüência consistiam na explicação de determinado texto (*lectio*). Os comentários (*glossa*) suscitavam “*quaestiones*”, ou seja, questões de debate relativas a conteúdos oriundos de obras de autores tradição reconhecida (*auctoritates*). As disputações na faculdade de artes liberais ocorriam semanalmente. Os debates acerca de temas de preferência (*disputatio quodlibetica*) aconteciam duas vezes ao ano, na Páscoa e no Natal.

O desenvolvimento pleno da escolástica ocorreu na Faculdade de Artes e na de Teologia. Os exames ocorriam no final de cada trimestre. Havia a possibilidade de o estudante alcançar três graus acadêmicos: o de *bacharel* (*baccalaureus*), que autorizava a lecionar sob a supervisão de um mestre; o de *mestre* (*magister*), título concedido a quem recebia uma autorização para ensinar (*licentia docenti*) e tivesse a idade mínima de 21 anos; o de *doutor* (*doctor*), título obtido mediante um exame público, que dava acesso ao exercício do magistério em uma cátedra.

O professor dispunha de livros, mas também podia fazer com que suas preleções fossem copiadas. Nas grandes universidades, textos autorizados das preleções eram produzidos por escrivães juramentados (*stationarii*), normalmente em partes (*peciae*), os quais eram alugados aos estudantes, sendo novamente copiados por eles. Como o custo do pergaminho era elevado, estudantes pobres tinham que apostar bem mais na própria memória. Alguns manuais, como os de gramática e matemática, facilitavam esta tarefa. Com a revolução na imprensa, promovida entre outros por João Gutenberg, esta situação viria a se alterar sensivelmente em benefício de estudantes e mestres.

A faculdade de artes liberais era constituída de sete disciplinas básicas, divididas em dois grupos temáticos. Um, conhecido por “Trivium”, era voltado aos conhecimentos lingüísticos e integrado pelas disciplinas de gramática, dialética e retórica. O outro, chamado “Quadrivium”, centrava seu foco nos conhecimentos matemáticos e era constituído pelas disciplinas de geometria, aritmética, música e astronomia. O programa acadêmico baseava-se no legado intelectual de Aristóteles, interpretado muitas vezes em perspectiva neo-platônica e comentado por pensadores escolásticos referenciais, tais como Tomás de Aquino (1225-1274), Duns Scotus (†1308) e Guilherme de Ockham († 1349).

A diferença de opiniões reinante entre as correntes originárias destes pensadores escolásticos fica bem ilustrada pela polêmica em torno aos assim chamados conceitos universais. De acordo com Tomás, a existência de um conceito universal para designar indivíduos da mesma espécie (humanidade, por exemplo) significa que aquilo é real, que existe na realidade, mesmo fora da mente humana. Essa concepção pode ser denominada de realista. Por outro lado, havia os que diziam que conceitos universais são simplesmente uma descrição daquilo que é observado na realidade, algo que é próprio apenas da mente ou do espírito do indivíduo. Esta posição, oposta à realista, pode ser chamada de conceitualista, mas tornou-se mais conhecida pela designação “nominalista”. A consequência do nominalismo foi uma forte distinção entre razão e revelação. Até a época de Tomás, o realismo era a corrente predominante, mas no final da Idade Média o nominalismo passou a ser o mais defendido, principalmente na versão reelaborada por Guilherme. Por isso, recebeu o apelido de "via moderna" em oposição ao realismo, conhecido por "via antiqua".

Já a escola de Duns Scotus, dominante entre os franciscanos, procurava enfatizar o primado da vontade divina. A teologia não se caracterizaria primordialmente como conhecimento teórico. A fé é acima de tudo conhecimento prático, que pressupõe a entrega da vontade humana aos desígnios e à autoridade de Deus. O objeto da Teologia, portanto, não

seria o conhecimento teórico, mas a transformação da vontade humana para que se harmonize com a vontade de Deus. O alvo da fé é o amor.

Quando irrompe a Reforma, o nominalismo predominava nas universidades da Europa central. Seguidores de Ockham foram Pedro d'Ailly (†1420), muito ativo nos concílios de reforma do século XV, e Gabriel Biel (†1495), professor de teologia em Tübingen, que elaborou uma síntese da tradição nominalista. O pensamento de Biel foi básico para a instrução em várias universidades alemãs, dentre elas Erfurt, onde Lutero estudou. Nesse sentido, sua formação acadêmica básica deu-se no âmbito da chamada “via moderna”. Fora os escritos de pensadores nominalistas, ele teve também outras influências. Muito cedo, dedicou-se também à leitura de Agostinho, o intelectual que mais profundamente marcou o pensamento na Europa ocidental durante toda a Idade Média, bem como de obras de místicos.

A crise política, religiosa e ética da cristandade ocidental, nos séculos XIV e XV, prejudicou as universidades. Ainda que seu número cresça consideravelmente - de 15 no ano de 1300 a mais de 60 no ano 1500 -, sua reputação diminui sensivelmente. O ensino acadêmico permaneceu em boa medida engessado. A renovação proposta pela via moderna foi rejeitada pelos representantes da via antiqua. Durante o século XV, os acadêmicos engajaram-se nas controvérsias religiosas suscitadas pelo grande cisma ocidental e pelos esforços por reformas na Igreja. O interesse maior recaiu sobre o direito canônico. Paris não atraiu mais estudantes como no passado. Decisivo para a escolha da universidade é o vínculo que cada uma tinha com os papas rivais. Os escoceses abandonam Oxford, os alemães Paris e os franceses Bolonha.

Os príncipes fundam suas próprias universidades, que passam a ter abrangência regional. Ali eles formam os funcionários públicos que atuarão na administração de seu território. As universidades assumem crescentemente um caráter nacional, caem sob a influência dos estados territoriais, perdem cada vez mais seus privilégios e transformam-se em instituições de formação à serviço do Estado. Este era o quadro às vésperas da Reforma.

2 A Reforma e sua mensagem

A mensagem da Reforma, uma nova teologia, surgiu da experiência religiosa de Martinho Lutero (1483-1546) com a teologia e a espiritualidade de seu tempo e de seus estudos da Escritura Sagrada e dos Pais da Igreja, com destaque para Agostinho, auxiliado pela hermenêutica bíblico-humanista. Lutero compreendeu a justiça de Deus não mais como uma propriedade divina, exigida às pessoas, mas como uma justiça que Deus atribui e torna presente e atuante no ser humano, quando o justifica por graça. A partir desta perspectiva,

todos os esforços por merecer a graça de Deus, que determinavam decisivamente a sociedade de então, com suas exigências por resultados e realizações, tais como compra de indulgências, jejuns, repetição mecânica de orações, veneração de santos e relíquias, vida monástica, dedicação de missas, procissões e consagração de objetos, tornaram-se supérfluos.

A mensagem da Reforma surgiu do confronto com a teologia medieval, sendo por isso antiescolástica. Foi combatida a influência da filosofia aristotélica no pensamento cristão e promovida, desde 1518, em Wittenberg, uma reforma universitária e escolar, que colocou como base do estudo a ocupação com as línguas e a história. O ensino dos reformadores baseou-se na autoridade bíblica e rejeitou as pretensões de autoridade do papado. Incorporou a crítica anticlerical pré-existente, aprofundando-a por meio da ênfase no sacerdócio geral de todas as pessoas crentes. A hierarquia eclesiástica, baseada no direito divino, foi posta em dúvida. A 10 de dezembro de 1520, Lutero queimou publicamente a coleção de leis do direito canônico, juntamente com a bula que o ameaçava de excomunhão, em um ato de desautorização ao direito eclesiástico vigente.

A mensagem da Reforma trouxe liberdade de temores, de exigências de "produtividade" religiosa, de leis papais, do celibato, dos votos monásticos, dos tributos eclesiásticos, surgidos muitas vezes por influência do poder e ganância clericais. Questionou o exercício de poder secular por clérigos e apontou na direção de uma prática de fé baseada no amor a Deus e ao próximo e na liberdade cristã. Simultaneamente, o ensino da Reforma despertou esperanças por libertação de tensões sociais e estimulou lutas sociais, tal como ocorreu, por exemplo, junto ao campesinato.

Para Lutero, a diferença entre a Reforma e os esforços por reformas na Idade Média estava no fato destes terem buscado reformar apenas a vida, limitando-se ao âmbito da ética, ao passo que sua intenção era reformar também a doutrina e a pregação, e isso apenas por meio da Palavra de Deus. Procurou retornar, em boa medida influenciado pelo movimento humanista, à fonte do cristianismo, a Bíblia, e exigiu a purificação de acréscimos medievais. Não buscou, no entanto, uma restituição exterior da comunidade cristã primitiva e nem esperou por mudanças através de um evento apocalíptico. Compreendeu a si mesmo como instrumento de uma Reforma realizada pelo próprio Deus em sua época.

3 Lutero: a educação entre a existência na fé e a vida em sociedade

O reformador Lutero, como professor universitário e intelectual dedicado em primeira instância à teologia, desenvolveu sua reflexão acerca da educação formal e seu papel em diálogo com algumas das correntes de pensamento de seu tempo. Procurou reagir ao modelo

proposto pela tradição mística cristã, que propunha uma rígida separação entre a vida de fé e o processo de educação formal na sociedade. De outro lado, rejeitou igualmente o caminho proposto pelo renomado humanista Erasmo de Roterdã (1469-1536), que propunha uma secularização do que é propriamente cristão por meio de uma pedagogia identificada com o ideal clássico de “humanidade” (humanitas), tão caro à intelectualidade de inspiração renascentista, que redundaria basicamente no aprimoramento ético dos educandos por intermédio de uma síntese entre valores cristãos e virtudes morais referências para a tradição clássica.

Lutero propôs uma ruptura na síntese proposta por Erasmo em relação à educação formal e reforçou a compreensão de uma relação entre o propriamente cristão e o propriamente humanista em duas direções. A tendência secularizante de Erasmo é ampliada mais ainda por Lutero. Ao mesmo tempo, o conceito religioso de educação formal da mística é sobrepujado. Com isso, defende uma idéia de educação formal mais religiosa do que a da mística e mais secular do que a do humanismo. Isso se torna possível graças à hermenêutica dos governos secular e espiritual de Deus, por ele incorporada do pensamento medieval, e a daí decorrente diferenciação entre o que chamou de “pessoa interior” e “pessoa exterior”. Essa concepção tem sua motivação central no princípio pelo qual se afirma a “liberdade da pessoa cristã”.

A partir desse princípio, verifica-se, em primeiro lugar, uma forte redução do significado de educação formal. Segundo Lutero, a pessoa antes de tudo não é um resultado da educação formal. Isso porque a educação, como obra humana, permanece sempre uma obra da lei. Somente sob a perspectiva da lei é que ela ainda tem alguma inspiração religiosa. Em contraposição a Erasmo, Lutero afirma que os filhos e filhas de Deus, segundo a Escritura Sagrada, não são educados para a filiação divina, nem pela lei de Deus e muito menos por alguma instrução humana. Filhos e filhas de Deus têm essa condição porque renascem como filhos de Deus. Com isso, educação e anúncio do Evangelho são contrapostos. O interesse de Lutero com isso é o de preservar a liberdade da existência pessoal como uma existência na fé. Pois o renascimento acontece por meio da palavra de Deus pregada. A pessoa precisa ser livremente educada por Deus através do Evangelho, a fim de que isso possa ser uma obra livre, decorrente da fé.

Lutero chega até mesmo a descrever o surgimento e a formação da existência na fé mediante imagens pedagógicas, tais como “disciplina de Deus”, ou “erudição de Deus”. As linhas de pensamento, contudo, são colocadas de uma forma que vai além das concepções pedagógicas: não se trata de um apoio às possibilidades humanas de aprendizagem, mas de

um gradual desvelamento da completa ausência de saída para o ser humano. Isso com o objetivo de preparar a pessoa para o Evangelho como uma nova possibilidade, completamente inesperada, que lhe é apresentada por Deus. A educação empreendida por Deus acontece por meio da tentação e da provação, pelo encontro da pessoa com o Cristo crucificado, que não a conduz para o alto, nem enriquece, mas, ao contrário, de tudo lhe priva e lança nas maiores profundezas. A velha existência precisa ser destruída na pessoa, para que uma nova possa ser construída. Ao invés de sínteses, Lutero pensa em contrastes, oposições, contradições.

Para ele, nada há de neutro no ser humano no que diz respeito a sua relação com Deus. Nada há de natural, que possa contribuir para o ser cristão da pessoa. Sua perspectiva é exclusivamente teológica. O ser humano tem uma falsa humanidade, da qual deve despir-se, e uma verdadeira humanidade, com a qual deve ser vestido. Nesse contexto, Lutero chega a falar da ação divina como uma “erudição absoluta”. Com isso, quer expressar que se trata da pessoa como totalidade, e não só de aspectos parciais. Não se trata de transmitir verdades, mas de um “tornar-se” verdadeiro. Com esse conceito, Lutero vai além da mística e seu pensamento religioso acerca da educação formal. Pois a mística compreendia o renascimento como o afloramento de uma base original divina e espiritual na pessoa, que estava soterrada. Ou seja, a verdadeira humanidade era algo presente na pessoa como possibilidade. Para Lutero, ao contrário, a verdadeira humanidade é algo criado do nada (*creatio ex nihilo*) por Deus. Na vida da pessoa cristã, esta humanidade configura-se como um tornar-se conforme a Cristo em sua morte e ressurreição. O discipulado que toma o exemplo de Cristo por referência só é legítimo se está subordinado a esta condição. Destruir e construir, extinguir e ressurgir estão imbricados na existência cristã.

Frente a essa dramática história da “pessoa interior”, a educação formal como obra humana somente tem a ver com a “pessoa exterior”. A educação formal acaba relegada à periferia, enquanto que a questão relativa ao que “verdadeiramente é ser humano” vincula-se exclusivamente ao âmbito da pregação do Evangelho. Por outro lado, Lutero em seus escritos jamais deixará de aplicar-se energicamente pela educação formal e combater a hostilidade contra ela por parte de correntes espiritualistas de seu tempo. Isso deveu-se a sua avaliação de que tudo o que é exterior é instrumento da ação de Deus nas pessoas. Paradoxalmente, para Lutero, a radical negação de todo e qualquer ponto de partida religioso na pessoa conduziu a uma nova forma de enfatizar a educação. Passou a compreendê-la de forma realista, assumindo uma postura distinta das visões de intelectuais espiritualistas e de muitos humanistas.

No ponto de partida desta compreensão de educação, apresenta-se como única possibilidade o agir de Deus na história. Esse agir vai ao encontro da pessoa de um duplo modo: como Palavra anunciada e como desafio ético concreto no estamento, ou lugar social, em que ela se encontra e onde exerce sua vocação. Para que a pessoa leve a sério a interpelação de Deus, é essencial que seja educada em sua vocação e que haja a preocupação quanto à necessidade de divulgar a palavra de Deus. Nesse sentido, Lutero pode elogiar a formação humanista devido a seu valor para as vocações, ou profissões, bem como para a compreensão e o anúncio do Evangelho. Com acerto, é possível identificar no pensamento de Lutero acerca da educação uma tendência secularizante. Isso permite incluí-lo na linha pela qual posteriormente conduziu-se a uma desvinculação do sistema educacional frente à tutela eclesiástica. Lutero atribui à autoridade secular a responsabilidade pela escola. Chama o magistério de “estamento secular” e a escola, à medida em que educa nas línguas e nas artes liberais, de “coisa gentílica e exterior”.

Enquanto isso, pode-se dizer que, sob o pano de fundo da Idade Média e, em certo sentido, também sob o pano de fundo do humanismo cristão, a Igreja se retira em parte do âmbito da educação formal. Erasmo acusou Lutero de dar muito pouco valor à educação e excessivo valor ao Espírito Santo. Lutero de certo modo confirma isso, quando critica Erasmo por fracassar no que é propriamente cristão, pois para ele a eloquência, a erudição e a inteligência teriam mais valor do que a verdade, o Espírito e a fé.

O outro lado da questão, porém, é que Lutero, justamente por sua forte concentração no propriamente cristão, vê-se motivado a um denodado trabalho em prol da educação formal. Tal se verifica, tanto na forma de uma intensiva dedicação à educação popular de cunho eclesiástico, como no abnegado esforço por uma educação erudita. Isso porque, para ele, apenas assim a Igreja poderia fazer jus à revelação divina como uma revelação lingüística. Aqui reside para Lutero o ponto forte do trabalho educacional como um todo. A mais importante e costumeira lição, tanto das escolas superiores como das escolas básicas, deveria ser a Escritura Sagrada. A partir daí o magistério poderia ser chamado de um “estamento espiritual” e a escola uma “escola cristã”, que está em maior proximidade da Igreja. Essa escola é cristã em razão de sua matéria principal e por causa de seu objetivo último, que é o de educar pessoas para o “serviço, ou culto a Deus” (Gottes Dienst) prestado cotidianamente no âmbito de estamentos, vocações e dos governos secular e espiritual. E isso não no sentido de uma síntese na educação formal. Lutero relaciona os componentes secular e espiritual sem fundi-los um com o outro. O propriamente cristão é colocado exclusivamente no âmbito da ação da Palavra externa de Deus. Nisso sua concepção é mais religiosa do que mística. O

propriamente humanista é visto como puramente secular. Nisso sua concepção é mais secularizada do que a de Erasmo. O que mantém unidos o que é propriamente cristão e o que é propriamente secular é a fé de que Deus é o Senhor tanto do governo secular como do governo espiritual.

4 Melanchthon: teoria e prática em relação à educação e à universidade

Filipe Melanchthon (1497-1560) foi professor de grego e teologia na universidade berço da Reforma, Wittenberg, além de retórica, geografia, astronomia, lógica e outras disciplinas. Foi admirado como humanista e comparado a Erasmo de Roterdã por seus contemporâneos. De Lutero, do qual disse ter aprendido o sentido do Evangelho, tornou-se estreito colaborador. Redigiu um dos mais importantes escritos confessionais da Reforma, a Confissão de Augsburgo (1530), reconhecida depois oficialmente pelo próprio catolicismo romano por sua ecumenicidade. Com sua obra *Loci Communes* (1521), desenvolveu um método de expor conteúdos teológicos que revolucionou o ensino universitário e estendeu-se também a outras matérias, como o direito, a filosofia e a história. Como reformador, agiu publicamente, participando de grande número de diálogos interconfessionais e negociações em assembléias do Sacro Império Romano Alemão. Alinhado de "Preceptor da Alemanha", foi um dos principais mentores do sistema de ensino evangélico, através de múltiplos programas, estatutos e currículos universitários e escolares, livros didáticos, gramáticas e comentários, que serviram de modelo para muito além de suas próprias fronteiras confessionais. Seu legado de escritor inclui uma multiplicidade impressionante de escritos e ao redor de dez mil cartas conhecidas.

O pedagógico, para Melanchthon, pertence ao âmbito das artes liberais. Estas incluem tanto a informação objetiva sobre as coisas como a orientação para delas fazer uso. Melanchthon divide as artes liberais em três grupos: as lógicas, que se ocupam com o pensamento como tal (gramática, dialética, retórica); as físicas, que se destinam ao conhecimento das coisas, o que são e como podem ser usadas; e as de orientação, que dão as diretrizes para uma vida correta (filosofia moral, história, literatura de edificação).

A educação é, para Melanchthon, um fenômeno eminentemente antropológico, que diferencia o ser humano dos animais. Os animais se ocupam com sua descendência somente até que estejam em condições de sobreviver fisicamente com autonomia. Os seres humanos, por outro lado, têm a responsabilidade de educar seus filhos na honestidade, ou probidade (honestas). O ser humano deve chegar ao ponto de conseguir diferenciar entre a honestidade e aquilo que é vergonhoso, desprezível e torpe. Cada pessoa deve poder fazê-lo a partir do que

lhe é inato. A tarefa moral e pedagógica está no centro de toda a ação educativa. De igual modo, a relação da tarefa pedagógica com a religiosa é bastante estreita.

A educação abrange, em primeiro lugar, todas as medidas tomadas para moldar o comportamento exterior de crianças, adolescentes e jovens. Trata-se da disciplina externa. Essas medidas são: orientação, elogio, premiação, punição, treinamento, etc. Melanchthon não chega a propor sua sistematização. Em segundo lugar, a educação abrange a instrução, o ensino. A compreensão das coisas traz conteúdos valiosos para a formação de valores e posturas. A intervenção de quem é pedagogicamente responsável sobre crianças, adolescentes e jovens se dá mediante o ensino. Especialmente as letras têm importância para transmitir conteúdos formativos.

A fé e a formação são os maiores bens que uma pessoa pode almejar. Acima de tudo a elas a vida precisa estar direcionada. Para tal, é imprescindível a educação. Vida de fé e formação se apóiam mutuamente. Quando uma se desenvolve, a outra é fortalecida. A vida de fé atua sobre o aprimoramento da moral. A formação, por outro lado, cria sensibilidade em relação à dimensão profunda da realidade, promovendo com isso a vida de fé.

A formação se ocupa basicamente com as letras. Essas trazem aos olhos exemplos, bons e maus, da vida humana. Pelo aprendizado voltado a modelos, surge uma ação moral e pedagógico-religiosa adequada. O ser humano ideal, para Melanchthon, é alguém em quem todas as capacidades estão ordenadas hierarquicamente: a razão dirige todas as capacidades e se orienta nos princípios éticos natos de cada pessoa; subordinada a ela está a vontade, que dirige todos os afetos, ou emoções, mantendo-os, se necessário, sob limites. Ao plano individual corresponde o social: a sociedade deve formar uma estrutura hierárquica, na qual os superiores dirigem os subordinados segundo a razão e de acordo com as exigências do bem comum. A isso sujeitam-se os subordinados de livre vontade e compreensivamente. O contrário disso, e que causa temor, é quando não há leis, mas somente o direito dos mais fortes.

A educação também é necessária para promover a harmonia no interior da pessoa e na sociedade. Junte-se a isso um motivo religioso: a mensagem cristã exige da pessoa um modo de vida civilizado. A existência da Igreja está presa à subsistência das letras. Sem elas e sem escolas, a Igreja não pode florescer.

Alguns elementos importantes da compreensão antropológica de Melanchthon já foram enumerados acima. Para ele, se a pessoa consegue contar, então está em condições de compreender não só o particular, mas também o geral. A pessoa tem conhecimentos natos. Pode tirar conclusões a partir de pressupostos. Pode estruturar as artes, criticar as conclusões

racionais a que chega mediante a própria razão, descobrir e corrigir erros. Também pode julgar criticamente suas ações, seus pensamentos, bem como distinguir o que é probo daquilo que é vergonhoso. Seu comportamento, no entanto, não é influenciado somente por suas percepções e conclusões racionais, mas também por suas emoções. Por “emoção” (“affectus”, ou seja, afeto, instinto, paixão, sentimento ou motivação), Melanchthon compreende um "movimento" a partir do qual os sentidos ou a vontade anseiam por algo contrário a si ou disso se desviam. Expressamente, ele rejeita a compreensão estoica, pela qual todos os instintos, ou emoções são vistos negativamente.

Para ele, há emoções coerentes com a razão e outras contrárias a ela. Melanchthon diferencia entre manifestações interiores e exteriores às pessoas. A vontade é capaz de se guiar pelos princípios da razão, impondo-se no que diz respeito às ações exteriores. Em relação às emoções contrárias à própria pessoa, porém, a vontade não tem liberdade alguma. Não consegue impedi-las, nem superar a contradição entre ações externas probas e emoções internas torpes. Em muitos casos, não consegue impedir que as emoções negativas se manifestem exteriormente. De igual modo, a vontade não consegue impor permanentemente princípios éticos positivos às ações exteriores. A mente e as emoções negativas sempre se alternam, influenciando a vontade.

A língua é o instrumento mais importante do espírito. A pessoa pensa com auxílio da língua. A capacidade de se expressar do ponto de vista lingüístico e a capacidade de discernir e julgar estão relacionadas por natureza. Prudência e eloquência estão inseparavelmente ligadas. Nada traz mais utilidade e benefício do que a língua. Ao mesmo tempo, para Melanchthon, nada é mais difícil do que expressar-se compreensível e claramente.

O uso falho e degenerado da língua é indício de pensamento falho. Com freqüência, a verdade é pervertida quando a língua é mal usada. Não é por acaso, segundo Melanchthon, que erros e fanatismos muitas vezes estão associados a uma linguagem equivocada e a um estilo ruim. A condição decadente da língua usada também se manifesta negativamente no comportamento moral. Toda ciência necessita de um discurso puro e claro. Melanchthon argumenta tanto a partir da lógica como da estética, o que se deve a sua formação de humanista. Ainda assim, insiste em justificar um bom uso da língua a partir de argumentos lógicos. Tudo o que é bárbaro permanece incompreensível. O recurso à retórica deve contribuir para a clareza de expressão.

As conseqüências que Melanchthon tira dessa compreensão a respeito da importância da língua ficam evidentes. Quem quiser fortalecer a mente e a inteligência de crianças e jovens deve prestar atenção à forma como usam a língua. A sensibilização quanto à língua

torna mais apurada a capacidade de perceber o cerne dos problemas. Toda formação científica deve repousar sobre o pleno uso da língua. Quem se apressa e se ocupa prematuramente com as assim chamadas disciplinas mais importantes – nas universidades de então o direito, a medicina e a teologia - em realidade desperdiça seu tempo, pois lhe falta a base. Quem não quiser perder tempo e pretender dominar sua disciplina com maestria, deve necessariamente manter a seqüência correta no estudo.

Apenas quem tem pleno domínio nos rudimentos está em condições de fazer ciência de modo procedente. Para Melanchthon, as palavras são signos ou sinais das coisas. Portanto, antes de tudo, é preciso que as palavras sejam conhecidas. Ele rejeitaria a forma atual do estudo de latim e muitos outros idiomas, pois muitas vezes está direcionada apenas ao domínio passivo do idioma. Se a pessoa tão somente ouvir e ler, e não falar e escrever, a mente terá sua precisão descaracterizada. Com a redação de textos, a mente é despertada. Apenas quem se arrisca a escrever - tanto prosa como poesia – e a falar estará em condições de avaliar o estilo de terceiros.

Ao falar em formação lingüística, Melanchthon tem em mente antes de tudo o latim. Em sua proposta de escola primária, o latim está presente desde o princípio. Já os princípios da alfabetização, os rudimentos da leitura e da escrita, devem se dar com o uso da língua de Cícero.

Melanchthon identificava duas causas eficientes da ação em perspectiva ética: a mente ou, mais precisamente, a determinação da reta razão, e a vontade, aquela que obedece a essa determinação. Apontava, além disso, a três causas auxiliares da ação em perspectiva ética: o ensino, os ímpetos naturais e a disciplina. O agir honesto é bastante auxiliado pelas virtudes. As virtudes são, segundo Melanchthon, hábitos que levam a razão a inclinar-se à obediência da justa razão. Assim como Aristóteles, Melanchthon compreendia que os hábitos passam a existir a partir de ações freqüentes, surgem mediante o exercício e o costume, tanto quanto não sejam dados pela razão.

O ensino é uma importante causa auxiliar para a ação ética. Por isso, uma determinada instrução moral é necessária a todas as pessoas. Ela deve conter uma descrição das virtudes e conduzir a pessoa a julgar por si própria o que é permitido ou não. Uma visão clara da essência do bem libera a motivação respectiva para agir eticamente. A vontade obedece mais facilmente, pois se torna presa da beleza da virtude. Entretanto, não se pode pensar que Melanchthon seja ingênuo a ponto de acreditar que uma motivação cognitiva seja suficiente para tornar a pessoa um ser ético. Uma compreensão assim subestimaria a força das emoções

e instintos. Os instintos negativos, porém, podem ser compensados por instintos positivos. Para isso, a literatura de edificação cumpre uma função pedagógica de instrução moral.

A exposição de práticas humanas e suas conseqüências da parte de bons escritores pode tocar mais fundo do que um tratado de filosofia moral. O que libera os mais importantes impulsos para um agir ético é o Evangelho. Por isso, para Melanchthon, há uma estreita relação entre educação moral e educação religiosa. Ele não pensa, contudo, que a religião deva ser colocada completamente a serviço da moral, ou que se reduza à moral.

É possível identificar alguns princípios didáticos presentes na reflexão pedagógica de Melanchthon: ênfase na motivação primeira da ação pedagógica; não-dispersão de interesses; sistematização coerente da matéria; consideração da capacidade de assimilação dos alunos; seleção de textos segundo critérios determinados. A partir da constatação de uma freqüente dispersão de interesses, Melanchthon exorta a que não se ensinem simultaneamente diversos idiomas. Num primeiro momento, o estudo deveria limitar-se ao latim. Em níveis posteriores, o importante não é o volume de matéria, mas o esmero com que ela é trabalhada. Quando alguém se ocupa com um autor para melhorar seu estilo, é importante que o texto sempre de novo seja lido. Quanto à seleção dos textos, a recomendação era escolher “o excelente em meio ao que é ótimo”.

Para Melanchthon, estava claro que alguém só se dá bem em determinado campo se o assunto lhe interessa e esta pessoa não busca apenas dinheiro ou fama. Ele se queixa do fato de alunos e pais olharem mais para as vantagens exteriores do que para o valor inerente ao estudo realizado. Melanchthon foi muitas vezes consultado por ocasião do estabelecimento ou reestruturação de escolas elementares e secundárias, bem como de universidades. Na obra, “Instrução dos Visitadores” (1528), concebida por um coletivo de reformadores, dentre os quais Lutero, e redigida por Melanchthon, há a sugestão de que os alunos sejam divididos em três grupos. O primeiro grupo aprende a ler e escrever, rudimentos de gramática e um vocabulário básico; o segundo ocupa-se com textos mais fáceis, como os de Esopo e Terêncio, aprofundando-se na gramática; o terceiro: trabalha com textos de Cícero e Virgílio e estuda métrica, didática e retórica em preparação à escola superior.

A influência de Melanchthon permaneceu grande por muito tempo após sua morte. Suas idéias pedagógicas materializaram-se em estatutos, modelos e currículos de escolas, às quais supervisionou desde o momento de sua criação, como em Magdeburg, Eisleben e Nürnberg. Por muito tempo, seus livros de gramática, retórica, dialética, psicologia, ética e dogmática continuaram sendo usados como compêndios em instituições de ensino superior. Discípulos seus foram grandes educadores. A estreita relação entre Igreja, escola e universidade, que

Melanchthon fomentou com decisão, consolidou-se. Durante muito tempo, latim e ensino religioso seguiram sendo as disciplinas mais importantes. Para a formação de teólogos nas universidades, perdurou a noção de que seu estudo específico deve estar solidamente embasado numa formação filosófica e filológica. O centro do estudo teológico ficou sendo por muito tempo -a exegese dos textos originais, que pressupunha conhecimento das línguas antigas. Merecem destaque cinco idéias legadas por Melanchthon à posteridade:

Em primeiro lugar, a necessidade de diferenciar claramente entre pregação do Evangelho e educação. O Evangelho não pode ser transformado em instrumento pedagógico, no sentido de uma moralização. De igual modo, as possibilidades da educação não podem ser sobrevalorizadas, como se lograssem dar o último e mais profundo sentido à existência humana. A educação, para Melanchthon, não pode ser encarada como caminho para a salvação. Pela educação, é possível chegar a um certo nível de formação, tanto no plano individual como no social. Nisso, porém, não reside a salvação das pessoas. Pelo contrário, Melanchthon reconhece que tanto a fé como a falta de fé podem ser cultivadas, educadas. Para ele, está claro que também existe educação sem Evangelho. A pedagogia não pode ser derivada da teologia, e isso justamente por razões teológicas. O que posteriormente foi chamado de autonomia da pedagogia, Melanchthon tentava fundamentar teologicamente. Por outro lado, as pessoas que são cristãs não podem simplesmente deixar de lado a mensagem cristã. Antes disso, seus esforços pedagógicos - na teoria e na prática - sempre devem ser derivados da intenção de preservar e anunciar o Evangelho.

Segundo, para que a fé seja vivida na prática, é preciso compreender seus conteúdos com base no nível de instrução que se tem. Na Igreja, de acordo com a Reforma, não há lugar para uma fé fundamentada meramente na pertença à instituição. Crianças e jovens devem ser auxiliados no sentido de alcançarem uma formação religiosa básica. A dimensão cognitiva da tarefa pedagógico-religiosa é acompanhada de uma dimensão afetiva. A prática da fé pressupõe certa disciplina externa: acostumar-se a momentos de devoção e oração, práticas litúrgicas, etc.

Terceiro, a perspectiva ética pode integrar a motivação para a ação. Ela precisa ser fomentada didaticamente. Os esforços pedagógicos precisam ter por objetivo uma certa aptidão para pensar e agir eticamente. Os conteúdos nesse sentido são as teorias de filosofia moral e os exemplos históricos e da literatura de edificação. Melanchthon, porém, não subestima a força dos instintos que conduzem à imoralidade. A disciplina externa pode limitá-los, mas não consegue eliminá-los. A instrução moral também não o consegue. A concordância interior do ser humano em praticar o bem que só é possível com base em uma

completa experiência de sentido. A pedagogia moral, portanto, não exclui, mas reforça a necessidade da pedagogia religiosa.

Quarto, permanece a exigência de Melanchthon por uma base geral para todo estudo específico. Cada ensino particular faz parte de um todo. Cada ciência, individualmente, precisa estar baseada sobre uma compreensão comum e conjunta. Mais importante ainda é a idéia de que estudos especializados pressupõem capacidades gerais e aptidões comuns.

Por fim, em quinto lugar, através da noção de Melanchthon sobre a importância das línguas como instrumentos do pensamento, segue que os esforços por uma formação geral tenham seu acento mais forte no estudo das línguas. O que produz uma língua, que realidade ela abarca e divulga, isso deveria ficar claro com o estudo da língua materna e de pelo menos uma língua estrangeira. A exigência atual de uma pessoa saber um idioma estrangeiro, além do seu próprio idioma, corresponde à exigência de Melanchthon em relação ao latim. Isso porque o latim, na época de Melanchthon, era tanto um idioma estrangeiro, aprendido na escola, como um meio para a comunicação escrita e falada.

5 O impacto da Reforma sobre as universidades

Lentamente, movimento humanista transformou os conteúdos ensinados nas universidades, em especial na faculdade de artes liberais e na faculdade de teologia. Na Itália, isso ocorreu em definitivo por meados do século XV, com a reforma do Trivium. A ocupação com as autoridades e tradições, por meio de antigos manuais, cedeu lugar ao estudo de autores não-cristãos e cristãos da Antiguidade. “Humanista”, em analogia a jurista, canonista e artista, tornou-se designativo da função de professor da literatura clássica. Ao currículo da faculdade de artes foram acrescentadas as disciplinas de poesia, filosofia moral e história. Fora da Itália, o humanismo impôs-se nas universidades por volta de 1500, após ter ocupado espaço nas cortes e centros urbanos. Tal expansão deveu-se em boa medida ao grande avanço técnico da imprensa, com a conseqüente multiplicação das publicações de edições dos autores clássicos e de obras de humanistas. Da mesma forma, a “peregrinação acadêmica” de estudantes e mestres favoreceu este processo.

O objetivo do humanismo nas universidades era promover a intermediação e a aquisição de eloquência, sabedoria, razão e oração (*eloquentia et sapientia, ratio et oratio*). O propósito do estudo passa a ser alcançar uma espiritualidade sábia e eloqüente. A retórica, compreendida como o ensino do reto pensar, do discurso correto e do estilo adequado, torna-se a principal disciplina na faculdade de artes. No contexto das universidades alemãs, tal processo iniciou em Viena (1493) e em Tübingen (1497). Reformas curriculares, refletidas na

alteração dos regimentos acadêmicos, introduziram preleções obrigatórias das matérias de poesia e eloquência na maioria das demais universidades nas primeiras três décadas do século XVI: em Erfurt e Leipzig (1519), Rostock (1520), Greifswald (1521), Heidelberg (1522), Freiburg (1525). Em Wittenberg, que teve em Lutero e Melanchthon seus mais renomados professores, este foi o caso desde a fundação da universidade (1502).

O discurso programático deste humanismo cristão, o qual posteriormente foi posto em prática nas universidades identificadas com a Reforma, foi formulado por Melanchthon em sua preleção inaugural, ao assumir a docência em Wittenberg no ano de 1518. Exigiu que o aprendizado e a leitura nas línguas clássicas, principalmente o grego, fossem priorizados. Tal estudo, porém, não seria um fim em si mesmo, mas um entendimento dirigido às fontes almeja aprender a conhecer a Cristo. O estudo na faculdade de artes liberais deveria abranger um Trivium mais reduzido, acompanhado da leitura de autores clássicos, bem como de ciências naturais, ética e história. O próprio Melanchthon redigiu comentários aos escritos de Aristóteles e promoveu a edição de textos clássicos. Destacou-se como organizador do universo acadêmico-científico evangélico, atuando como consultor na reforma de universidades já existentes e no processo de fundação de novas universidades e ginásios.

Lutero, em um trecho de seu famoso libelo “À nobreza cristã da nação alemã, acerca da melhoria do estamento cristão” (1520), referiu-se especificamente às universidades. Convoca os próprios médicos a reformarem as faculdades de medicina. Propõe que o ensino do código do direito canônico seja abolido nas faculdades de direito e que, em lugar dele, o estudo do direito territorial e dos costumes da terra sejam integrados ao currículo, sendo o direito romano abordado somente em caso de necessidade. Do “cego mestre pagão Aristóteles” deveriam ser deixadas de lado as obras Física, Metafísica, Ética e o Tratado da Alma. Já seus livros Lógica, Retórica e Poética deveriam ser mantidos, livres de comentários, bem como a Retórica de Cícero. Os teólogos deveriam concentrar-se no estudo da Escritura Sagrada, recorrendo a obras de Pais da Igreja como auxílio à interpretação e abandonando por completo o compêndio pelo qual gerações durante a Idade Média haviam sido iniciadas na reflexão teológica, o Livro das Sentenças de Pedro Lombardo.

Com a expansão da Reforma houve um retrocesso nos cargos, postos e benefícios eclesiásticos, além da secularização de prédios que até então haviam servido ao sistema escolar e acadêmico. Em decorrência, estabeleceu-se uma crise, a qual incidiu em queda nas matrículas e redução da frequência estudantil nas universidades. Para agravar mais ainda a situação, ao contrário do que era vigorosamente defendido pelos principais reformadores, que insistiram na importância fundamental das universidades, pregadores evangélicos populares,

muitos vinculados à ala radical da Reforma e a movimentos espiritualistas, interpretaram as propostas do movimento reformatório como opostas e hostis à educação formal. A universidade de Wittenberg, em razão de escaramuças provocadas por grupos radicais em 1522, teve o número de estudantes reduzido pela metade. Entre 1520 e 1530, a matrícula estudantil nas universidades alemãs reduziu-se a um terço. Com muito esforço, conseguiu-se alcançar o nível anterior a 1520 somente por volta de 1550.

Apesar disso, com a Reforma promoveu-se o estabelecimento de novas universidades, tais como as de Marburgo (1527) e Königsberg (1544). A introdução da Reforma em diferentes territórios também fez com que universidades já existentes fossem reestruturadas tendo Wittenberg por modelo. Foi o caso em Tübingen, Leipzig, Frankfurt/Oder, Greifswald, Basiléia, Heidelberg e Rostock. Posteriormente, com a adoção do calvinismo por uma parcela dos senhores territoriais, algumas delas passaram por novas mudanças. Na segunda metade do século XVI, além das universidades, foi fundado em territórios evangélicos um novo modelo de instituição de ensino, equivalente a uma semi-universidade, conhecido como “ginásio ilustre” (*Gymnasium illustre*). A inspiração para isso veio das escolas superiores suíças. O mais famoso desses ginásios foi o de Estrasburgo (1539), o qual tornou-se referência para os demais, tendo Melanchthon assessorado o grupo responsável por sua fundação. Os conteúdos da escola secundária eram divididos em dez classes. A isso eram acrescentadas preleções nas disciplinas da faculdade de artes liberais e conteúdos de teologia. Os ginásios ilustres foram reconhecidos mediante privilégio imperial, a partir de 1566, que permitiu, entre outras atividades, a promoção de doutoras. Diversos ginásios tornaram-se posteriormente universidades. A famosa Academia de Genebra (1559) foi fundada a partir do modelo de Estrasburgo, tendo tamanho sucesso que, em cinco anos, abrigava cerca de 1.500 estudantes, sendo muitos procedentes da França, Países Baixos, Inglaterra, Escócia e Alemanha.

No século XVI, a estrutura universitária em principados e cidades evangélicas era composta por quadro faculdades: teologia, com três cátedras (Novo Testamento, Antigo Testamento e dogmática); direito, com quatro cátedras (direito romano, decretais, Código Justiniano, instituições); medicina, com três cátedras (terapia, patologia e fisiologia); artes liberais com de cinco a dez cátedras (a universidade de Heidelberg, a título de exemplo, oferecia em 1580 grego, ética, física, matemática, poética e retórica, sendo dialética, lógica e latim ensinados nas bursas ou internatos). Os catedráticos simultaneamente assessoravam as cortes, como médicos particulares, consultores em assuntos eclesiásticos, matrimoniais e jurídicos.

Conclusão

Quem teve ou tem a privilegiada – e infelizmente para muitos ainda inacessível - oportunidade de vivenciar a universidade a partir de dentro, precisa reconhecer que muita coisa mudou desde o século XVI.

Talvez a diferença mais gritante esteja no modo como ciência e fé, de um lado, e ciência e ética, de outro, se relacionavam nas universidades há quinhentos anos, e no modo como se relacionam, ou, melhor dito, não se relacionam hoje em dia. A libertação que a ciência experimentou da tutela da religião e da ética indubitavelmente trouxe grandes progressos à humanidade. Descobertas ocorreram, novas ciências surgiram, teorias valiosíssimas foram concebidas, graças à emancipação alcançada por cientistas em relação a dogmas, normas e autoridades eclesásticas que engessavam a produção de novos conhecimentos, extremamente úteis à vida humana. Eis o lado fulgurante da história.

O lado obscuro, por sua vez, é que a ciência superou e tem superado limites inimagináveis, mas as pessoas muitas vezes não sabem o que fazer com o que foi conquistado, nem qual o sentido do conhecimento alcançado. Isso porque perderam o vínculo com questões existenciais do ser humano, que estão relacionadas a dilemas éticos ou à experiência de fé. Isso leva a que estudantes e professores passem anos na universidade sujeitos a uma esquizofrenia, que os torna incapazes de relacionar sua realidade existencial com os conhecimentos que assimilam, produzem e transmitem. Infelizmente, com frequência, este quadro de dissociação permanece o mesmo após o estudo e durante a atividade profissional, o que gera crise, frustração e desesperança.

Os reformadores do século XVI, vários deles estudantes e professores universitários, descobriram um conhecimento que tornou suas vidas plenas de sentido. Fizeram questão de divulgar tal conhecimento das mais diversas formas e ao maior número possível de pessoas. Necessitavam da universidade para fazê-lo? Muitos provavelmente achariam que não. O que intriga é que passaram a se engajar mais do que nunca pela universidade. Por quê? Pois queriam que, também a universidade, fosse um lugar a fazer a diferença existencialmente para as pessoas. Pois queriam que, também na universidade, estudantes e professores experimentassem, não um conhecimento que oprime e escraviza, mas um conhecimento que traga pleno sentido existencial a quem procura por uma *verdade que liberta*.

Referências bibliográficas

- ASHEIM, Ivar. **Glaube und Erziehung bei Luther**: ein Beitrag zur Geschichte des Verhältnisses von Theologie und Pädagogik. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1961.
- BEYER, Michael; WARTENBERG, Günther. **Humanismus und Wittenberger Reformation**. Leipzig: EVA, 1997.
- Corpus Reformatorum**. Bd. 1-28: Philipp Melanchthon: Opera...omnia/ hrsg. von Karl G. Brettschneider; Heinrich E. Bindseil. Halis Saxonum; Brunsvigae 1834-1860.
- D. MARTIN LUTHERS WERKE**: kritische Gesamtausgabe. Weimar: Böhlau, 1883- .
- LÜCK, Heiner (Hrsg.). **Martin Luther und seine Universität**. Weimar; Wien: Böhlau, 1998.
- LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas**. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal: Concórdia, 1987- .
- SCHEIBLE, Heinz. **Melanchthon und die Reformation**: Forschungsbeiträge. Mainz: Philipp von Zabern, 1996.
- SCHMIDT, G. R. **Philipp Melanchthon. Glaube und Bildung** - Texte zum christlichen Humanismus. Stuttgart: Reclam, 1989.
- ULMANN, Reinholdo A. **A universidade medieval**. 2ª ed., Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: Ed. Unesp, 1990.
- WOLGAST, Eike. **Universität**. In: Müller, Gerhard (Hrsg.). In: **Theologische Realenzyklopädie**, Bd. 34, Berlin; New York: Walter de Gruyter, 2002. p. 354-380.